**RESENHA**

**A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940**

ABRAHÃO, Fernando Antônio. A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940.**História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, HUCITEC/ABPHE, v. 19, nº 2 (2016), 295-317p.

Estevão Fernandes de Souza\*

Gabriella Locatelli Madeira\*

Maressa Layan Queiroz de Souza\*

Mariana Silva Flora \*

Taylon Róger Souza Santos\*

**INTRODUÇÃO**

O artigo “A composição da riqueza em campinas, 1870-1940” foi escrito por Fernando Antônio Abrahão, e publicado pela revista História Econômica & História de Empresas vol. 19 nº 2 (2016), 295-317p.

O presente artigo realiza um estudo sobre a composição da riqueza entre os anos de 1870 e 1940, na cidade de Campinas situada no estado de São Paulo. Durante a chamada economia cafeeira, que se inicia na segunda metade do século XIX, o cultivo e a exportação do café impulsionou o desenvolvimento da economia brasileira, causando a expansão do mercado de trabalho e do consumo interno. Sendo assim, os produtores do café figuravam no topo da hierarquia social deste período.

**DESENVOLVIMENTO**

O café conforme Furtado (1982), chegou ao Brasil no começo do século XVIII, sendo cultivado por todo território brasileiro, mas a princípio somente para atender ao mercado interno.

Já na segunda metade do século XIX, o café passou a ser o maior gerador de riquezas da nação brasileira, refletindo mais de quarenta por cento do valor das exportações, proporcionando grandes avanços para o país. A importância do grão de café, foi devido a necessidade do país em encontrar um novo produto que permitisse sua permanência no comércio internacional (já que o açúcar havia perdido seu valor econômico), e cujo fator básico para sua produção fosse a terra, que era o fator produtivo abundante no Brasil. (FURTADO, 1982).

Inicialmente, os cafezais estavam situados no Estado do Rio de Janeiro, mas a partir da década de 1870, houve o deslocamento desses cafezais para o Estado de São Paulo, se estabelecendo na Região de Campinas até Ribeirão Preto, segundo Silva (1995). Vários aspectos influenciaram a instalação nessa região, entre eles o estado natural que se encontravam os cafezais da região fluminense, além do financiamento da imigração europeia, efetuado pelo governo paulista, por meio do pagamento de passagens de navios e hospedagem na famosa “Hospedaria dos Imigrantes “.

Na década de 1880, o Estado de São Paulo assumiu o posto de maior produtor de café do país, sendo responsável por 60% a 70% do total do café produzido no Brasil, seguido pelo Estado de Minas Gerais com um valor de 15% a 20%, enquanto o Estado do Rio de Janeiro respondia por 5% a 10% da produção nacional. A cafeicultura da cidade de Campinas contribuiu significativamente para que o índice de produção do Estado de São Paulo atingisse esses números, Silva (1995).

Abrahão (2016) afirma que em 1875 a participação dos cativos em Campinas declinou para 23,8%, sendo que em 1870 era 27%. Enquanto na capital o declínio foi para 15% em 1875, sendo que em 1870 não passava de 18%. Silva (1995) concorda com Abrahão (2016) quando diz que a abolição progressiva da escravidão que se iniciou com a Lei Euzébio de Queiróz, em 1851, interditando o tráfico negreiro para o Brasil, determinou que os produtores de café buscassem novas fontes de mão de obra. Como o Brasil não possuía pessoas suficientes para o trabalho braçal; então, ocorreu a imigração massiva de europeus para o país, principalmente para o Estado de São Paulo, a grande maioria desses imigrantes eram destinados a lavoura cafeeira.

Porem como mostra Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997) O fluxo de imigrantes se modificou nas primeiras décadas do século XX. Houve uma redução de imigrantes subvencionados e um aumento de imigração espontânea que com frequência buscavam os centros urbanos e não mais trabalho agrícola.

Baeninger citado por Abrahão (Baeninger apud Abrahão 2016), relata que de 1900 a 1920 a população de Campinas passou a ser em maior proporção urbana do que rural. Em 1934, a população urbana atingiu 52% e a rural 48% do total populacional de Campinas.

Para Silva (1995), a mecanização das operações de beneficiamento, após o desenvolvimento das plantações de café no Estado de São Paulo foi algo de extrema importância para os produtores do grão. Outra evolução na época que apresentou grandes impactos foi a construção de estradas de ferro, ligando todo o interior de São Paulo, facilitando o escoamento das sacas de café, principalmente para os portos.

Neste artigo, Abrahão (2016), relata a composição da riqueza em Campinas, nos períodos de 1870 a 1940, sendo possível observar o comportamento dos campineiros no decorrer desses anos, pelos quais a produção de café afetou a economia brasileira de forma significativa. Utilizando dados pessoais colhidos nos 1.008 inventários da amostra, a análise concentra-se nas informações sobre descrições, quantidades e valores monetários dos bens registrados dessas pessoas e de seus familiares e herdeiros. Além disso, o orçamento dos inventários também contemplava às dívidas contraídas pelos inventariados.

No período de 1870 – 1890, a maioria dos 191 inventários observados apresentam dívidas com tributos e gastos corriqueiros, como despesas com farmácias, boticas, armazéns, lojas de ferragem, tintas, vestuário e honorários médicos. Esses dados indicam que a elite da época se preocupava bastante em consumir produtos de alto valor comercial. Neste período, o passivo dos inventários chegava a 16,3% do total da riqueza bruta, no período seguinte, 1895 – 1915, à representatividade do passivo diminuiu para 10,2%. (ABRAHÃO, 2016).

Abrahão (2016) relata que dos 246 inventários analisados entre1895 – 1915 apresentavam dívidas 90,5% desse total, essas dívidas eram contraídas em grande parte pelo consumo de bens como escova de dente, novelos de lã, honorários médicos, produtos de armarinhos, cuja aquisição era feita em estabelecimentos com alto prestígio na sociedade.

No período de 1920 – 1940 foram analisados 571 inventários e 82,1% desses inventários apresentavam dívidas; como nos outros períodos observados, essas dívidas eram contraídas através de consumo de produtos luxuosos como lustres, artigos de ferragem e serviços de telefonia. Com o endividamento persistente das famílias o passivo voltou a crescer e nesse período atingiu 13,6% do total, conforme registrado por Abrahão (2016).

Apesar destas dívidas, Abrahão (2016) mostra que a maior parte dos inventários apresentavam dados com a riqueza bruta maior que o passivo, ou seja, o inventariado possuía um saldo positivo. Neste caso se comparou a riqueza bruta com o passivo, porém, o autor do artigo considera a riqueza líquida uma categoria mais adequada e precisa para a análise da mobilidade social e da hierarquia da riqueza. Pois, o valor líquido dos inventários permite examinar a riqueza de uma família após a subtração dos custos, tributos e dívidas passivas.

Mesmo com o advento da crise da cultura cafeeira, do último decênio do século XIX em diante, a sociedade de Campinas, Abrahão (2016) registra que a cidade conseguiu manter a expansão da economia local. Este fato se deu pela riqueza construída na região, ferrovias, urbanização das cidades, indústrias, comércio e serviços.

Para explorar essa composição da riqueza, Abrahão (2016) coletou os dados de imóveis, de ativos financeiros e estoques, de escravos e de outros bens. Em todos os períodos analisados os imóveis representam a maior parte da riqueza das famílias; em segundo lugar, vem os ativos financeiros e estoque; depois os outros bens, lembrando que os escravos só estão presentes nos inventários do período de 1870 – 1890, por causa, da abolição da escravatura em 1888.

O último período observado por Abrahão (2016) foi de 1920 – 1940; o mesmo observa que os inventariados desse período aumentaram a proporção de riqueza investida em imóveis e diminuíram os investimentos em ativos financeiros, isso ocorreu porque os inventariados estavam buscando alocar seus recursos em ativos menos arriscados.

Através dos inventários *post mortem* relacionado à formação de riquezas, Abrahão (2016), percebeu que o aumento proporcional da riqueza líquida contribuiu para a contínua expansão da economia de Campinas, até a década de 1930.

**CONCLUSÃO**

Pode-se perceber após a análise do artigo “A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940” a importância econômica e social do café para o estado de São Paulo, sendo a região de Campinas muito relevante para a cafeicultura. Esse Estado se tornou o maior produtor de café do país após a expansão da plantação cafeeira do Rio de Janeiro para o Oeste De São Paulo. (GREMAUD, SAES, TONETO JÚNIOR, 1997).

Assim, São Paulo se tornou o polo econômico do país, e os fazendeiros do café ganharam notoriedade no Brasil. Conforme Faria (2005), relata em seu artigo, o título de barão de café era reservado aos proprietários rurais que possuíam elevada riqueza, esses barões levam o estilo de vida segundo os moldes europeus, principalmente o estilo requintado dos franceses. Isso pode ser comprovado após a análise dos dados contidos no artigo de Abrahão (2016), onde os mesmos revelam que a elite da época se preocupava bastante em consumir produtos de alto valor comercial.

No artigo Abrahão (2016) conclui que a riqueza gerada pela cafeicultura impulsionou a urbanização e diversificação econômica de Campinas, Silva (1995) também relata que o processo de transformação das plantações de café, fez com que o capital cafeeiro tivesse características de capital agrário, capital industrial, capital bancário e capital comercial. Deste modo, Silva (1995) concorda com Abrahão (2016), que o desenvolvimento da cafeicultura possibilitou a diversificação econômica.

O artigo de Abrahão (2016) veio a complementar a bibliografia sugerida para o estudo da disciplina “Formação Econômica do Brasil”, quando aponta as riquezas geradas pelo café, o declínio do número de escravos nos inventários e a vida luxuosa da elite cafeicultora.

**REFERÊNCIAS**

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flavio A. M. de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997 247p.

FARIA, Sheila de Castro. Os barões do Brasil. (“Preocupados com distinção e poder, os cafeicultores do Vale do Paraíba ergueram fortunas baseadas na exploração da mão-de-obra escrava e ocuparam lugar privilegiado na sociedade imperial brasileira”). **Revista de História**, Ano 1, nº 2, Agosto/2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 18ªed. São Paulo: Editora Nacional, 1982. 248p.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995. 114p.